

MAGNO GOMES DE OLIVEIRA

VAGEM DE DINHEIRO &
CEGUEIRA DELIBERADA

Copyright © 2020 by Magno Gomes de Oliveira

Editora executiva

Ana Cristina Miranda

Capa

Bruno Mota Pinheiro

Projeto gráfico / Editoração e Diagramação

Bruno Mota Pinheiro

Catálogo

Gabriela Alves Gomes

Revisão

Katy Silva

Impressão

Tecnograf

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

Q48l Oliveira, Magno Gomes de
Lavagem de dinheiro & cegueira deliberada / Magno Gomes de Oliveira; organizado pela editora-executiva Ana Cristina Miranda da Costa. - Fortaleza: Littere Editora, 2020.
184p. il.

ISBN 978-65-88739-01-3

1. Direito. 2. Lavagem de dinheiro. 3. Cegueira deliberada. I. Título.

CDD 340

Índice para catálogos sistemáticos

1- Direito: 340

978-65-88739-01-3

Littere

Littere

Rua Capitão Hugo Bezerra, 357 - Barroso CEP: 60862-840 -
Fortaleza - Ceará

www.editoralittere.com.br

Introdução	17
I. Considerações iniciais sobre lavagem de dinheiro	23
1.1 Origens da criminalização na Itália (1978)	26
1.2 Combate à lavagem de capitais nos EUA (1986)	27
1.3 Combate ao branqueamento nas normas internacionais.....	30
1.3.1 Convenção de Viena (1988)	31
1.3.2 Convenção de Estrasburgo (1990)	32
1.3.3 Convenção de Palermo (2000)	33
1.3.4 Convenção de Mérida (2003).....	34
1.3.5 Convenção de Varsóvia (2005)	35
1.4 Combate ao branqueamento de capitais no Brasil.....	35
1.4.1 Edição da Lei nº 9.613/98	36
1.4.2 Edição da Lei nº 12.683/2012	39
1.5 Combate ao branqueamento de capitais em Portugal	42
II. Lavagem de dinheiro: Fases, efeitos e gerações normativas	49
2.1 Fases do processo de lavagem	51
2.1.1 <i>Placement</i>	51
2.1.2 <i>Layering</i>	53
2.1.3 <i>Integration</i>	54
2.2 Efeitos danosos	54
2.3 Gerações normativas de combate ao branqueamento de capitais.....	58
2.3.1 Primeira geração	58

2.3.2 Segunda geração	59
2.3.3 Terceira geração	59

III. Prevenção ao branqueamento e deveres de colaboração dos advogados

3.1 Unidade de inteligência financeira e os legitimados à cooperação	64
3.2 Os advogados e os deveres de cooperação	67
3.3 Dever de colaboração versus sigilo profissional	70
3.4 Direito à livre escolha de defensor	76
3.4.1 Advogados na atividade de consultoria jurídica	79
3.4.2 Advogados no patrocínio judicial da defesa	81
3.5 Atuação dolosa do advogado	83
3.5.1 Caracterização do dolo direto	84
3.5.2 Caracterização do dolo eventual	85
3.6 Recebimento de honorários maculados	87

IV. Tipo subjetivo e erro

4.1 Degraus da culpa: do dolo direto à culpa inconsciente	97
4.2 Construções teóricas acerca do conhecimento do injusto	100
4.2.1 Teoria da ordem moral e valores sociais	100
4.2.2 Teoria da punibilidade	101
4.2.3 Teoria intermediária	103
4.2.4 Jeschek e Weigend na doutrina brasileira sobre o erro penal ..	104
4.2.5 Breves reflexões críticas	106
4.3 Desconhecimento do injusto e desconhecimento da lei	108
4.4 Erro de proibição no Direito Penal Clássico e no Direito Penal Econômico	112

V. Teoria da cegueira deliberada	115
5.1 Antecedentes históricos	116
5.2 Cegueira deliberada na Suprema Corte da Espanha	119
5.3 Cegueira deliberada na Suprema Corte dos EUA	120
5.4 Cegueira deliberada no STF e outros tribunais do Brasil	122
5.5 Cegueira deliberada na dogmática	126
5.5.1 Concepções de J. Edwards e Ira P. Robbins	126
5.5.2 Concepções de Jonhatan L. Marcus	128
5.5.3 Concepções de Robin Charlow	129
5.5.4 Concepções de Husak e Callender	132
5.5.5 Concepções de David Luban	133
5.5.6 Concepções de Ragués i Vallès	134
5.5.7 Concepções de Luis Greco	136
VI. Cegueira deliberada: entre o dolo e a culpa	139
6.1 Persecução penal contra Lionel Messi	141
6.2 Inconsciência da ilicitude segundo a defesa	143
6.3 Síntese argumentativa da sentença condenatória	144
6.4 Reflexões críticas: erro sobre a ilicitude ou cegueira delibe- rada?	146
6.5 A ignorância deliberada na visão da doutrina portuguesa	148
6.6 A cegueira deliberada na visão da doutrina brasileira	150
Conclusões	155
Referências bibliográficas	165